

O ESPERANÇAR DOS POVOS



CESE
EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
actalliance

MISEREOR
• IHR HILFSWERK

O ESPERANÇAR DOS POVOS

EXPEDIENTE

Direito de Edição, Publicação e Distribuição:
Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE

Nome da publicação: O Esperançar dos Povos

Ano da publicação: 2025

Texto: Flávia Quirino

Organização: Flávia Quirino, Olga Matos e Rosana Fernandes

Revisão Ortográfica: Lucyvanda Moura

Projeto Gráfico e Diagramação: Gabrielle Sodré

A CESE é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, formada por igrejas cristãs, apoiada financeiramente por Brot fur die Welt (Pão Para o Mundo), Misereor, União Europeia, Fundação Ford, Fundação Wilde Ganzen, Ministério das Relações Exteriores – Governo Holandês, Heks – Eper, DKA Áustria, Instituto Ibirapitanga e Fundo Amazônia / BNDES.

Esta publicação é parte do Projeto “Fortalecendo as lutas por direitos no campo e na cidade no Brasil: organizações populares em movimento” com apoio financeiro de ‘Misereor’.



Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE

Rua da Graça, 164 – Graça – Salvador/BA

Saiba mais em:

cese.org.br | cese@cese.org.br |    @cesedireitos

SUMÁRIO

O Esperançar dos Povos.....	4
Apresentação	5
Introdução.....	7

1. Analisar o contexto e fortalecer as lutas	9
---	----------

Defesa intransigente e incontestável da democracia	15
--	----

2. Povos do campo, das florestas, das águas e das cidades	18
--	-----------

Povos das Florestas	20
---------------------------	----

Povos do Campo	25
----------------------	----

Povos das Águas.....	26
----------------------	----

Povos das Cidades.....	27
------------------------	----

3. Crise e Justiça Climática	32
---	-----------

Um olhar sobre o Cerrado	32
--------------------------------	----

4. Racismo e Racismo Ambiental	39
---	-----------

Cidade – Questão urbana	42
-------------------------------	----

Soberania e Segurança Alimentar	43
---------------------------------------	----

5. Estratégias conjuntas das lutas campo e cidade	45
--	-----------

Questões para reflexão:.....	48
------------------------------	----

6. Esperançar: resistência e movimento..	51
---	-----------

Conheça as organizações que participaram dos seminários realizados pela CESE	53
---	-----------

Conheça o processo metodológico dos seminários da CESE.....	56
--	-----------

Referências.....	57
-------------------------	-----------

O Esperançar dos Povos

*É preciso ter esperança. Mas ter esperança do verbo
ESPERANÇAR*

*Porque tem gente que tem esperança do verbo esperar
Esperança, do verbo esperar, não é esperança. É espera*

Esperançar é se levantar

Esperançar é ir atrás

Esperançar é construir

Esperançar é não desistir

Esperançar é levar adiante

Esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo

(Paulo Freire)

Foto: Getty Images



Apresentação

Em 1997, a CESE realizou um Encontro de Agentes de Projetos – EAP reunindo representantes de organizações, grupos e movimentos parceiros com o objetivo de refletir sobre uma agenda comum para os movimentos sociais do campo e da cidade para intervenção conjunta nos destinos do nosso país. O Encontro resultou na publicação “Campo & Cidade: em busca de uma agenda comum” (1998). Passados 28 anos, a CESE segue no seu compromisso de fortalecimento dos movimentos sociais e ecumênico na defesa de direitos e justiça social para os Povos do Campo, das Florestas, das Águas e das Cidades. Os desafios cada vez maiores e mais complexos têm exigido um olhar atualizado sobre essa relação campo e cidade e a busca da unidade na diversidade. Dessa forma, a CESE tem promovido espaços de partilha com movimentos sociais, povos indígenas, comunidades tradicionais, organizações populares, mulheres, juventudes população negra abordando como esses grupamentos sociais observam e vivenciam essa relação.

Para além de espaços de reflexão coletiva, que também se traduzem em espaços de **Formação**, visto que são territórios de saberes e de trocas, a CESE também apoia iniciativas via o **Programa de Pequenos Projetos – PPP**, promove e/ou participa de espaços de Diálogo e Articulação, promove e/ou fortalece iniciativas de **Incidência** e busca contribuir com fortalecimento de uma perspectiva **ecumênica e de diálogo inter-religioso**.

O material que ora apresentamos expressa um pouco desses momentos de diálogo com os povos para melhor entendimento dos desafios postos e das estratégias de luta, a partir dos registros de algumas atividades realizadas nesses últimos dois anos.

Assim, esperamos que façam bom proveito destas reflexões e que estas poucas linhas possam contribuir para fortalecer o nosso esperançar nessa jornada por um mundo sem desigualdades de classe, raça e gênero, com democracia, justiça social e climática.

Desejamos uma boa leitura e esperamos em breve nos encontrarmos!

**Um abraço,
Equipe CESE**

Foto: Tarcilo Santana



Introdução

A CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço tem como missão fortalecer movimentos sociais, movimento ecumênico e inter-religioso, grupos populares e outras organizações, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas, sociais e ambientais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça na perspectiva dos direitos humanos e da integridade da casa comum.

Considerando essa premissa e a partir da parceria com a agência de cooperação alemã MISEREOR, a CESE vem realizando uma série de atividades com o objetivo de analisar coletivamente a “conjuntura e perspectivas” dos povos do campo, das florestas, das águas e das cidades, contribuindo para o aprofundamento temático-político da relação campo e cidade, abordando como estes povos observam e vivenciam essa relação.

Nesse sentido, esta publicação, construída a partir dos registros das discussões realizadas durante 03 atividades realizadas em março de 2023 e maio e novembro de 2024, visa compartilhar um pouco dessa experiência tão importante e inspiradora, envolvendo Povos do Campo, das Florestas, das Águas e das Cidades, que versaram sobre o *“Esperançar dos Povos e Comunidades Tradicionais”*.

Participaram desses espaços de reflexão coletiva 53 movimentos e organizações dos movimentos sociais do âmbito rural e urbano¹, provenientes de 27 Estados, que pautaram denúncias,

1 Ver ao final do texto a Relação das Organizações e Movimentos envolvidos na iniciativa.

compartilharam reflexões sobre as lutas por um país com justiça social e acesso aos direitos, democracia e soberania e sempre buscando articular a discussão sobre como as desigualdades de gênero, classe, raça e etnia estão interligadas, formando uma teia de discriminações que impactam estruturalmente a sociedade.

Muitas das questões trazidas nessa rodada de atividades serão retomadas em ações posteriores.

Assim, esperamos que a leitura desse texto contribua para o fortalecimento das lutas dos povos do campo, das florestas, das águas e das cidades e alimente nosso esperançar.

Boa leitura!



1. Analisar o contexto e fortalecer as lutas

“Bandeiras ao vento, o povo em movimento fazendo revolução” (trecho do poema Bandeiras ao vento de Luciana Moura, poetisa e Coordenadora do MSTB)

É impossível analisar o presente - agora - da história do Brasil, sem antes revisitar o passado.

O contexto socioambiental, econômico e a perda de direitos observados em período recente foi resultado de uma intensa ação política em curso no país. Após o golpe que destituiu da Presidência da República Dilma Rousseff (PT), a primeira mulher eleita presidenta do país, o Brasil vivenciou uma intensa ofensiva para a retirada de direitos e de rebaixamento da pauta de direitos humanos. Inicialmente com Michel Temer, que garantiu uma espécie de “transição” para o que viria ser um dos períodos mais tenebrosos da política brasileira, pós-redemocratização, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, para a presidência da República. O descrédito na política como ferramenta estruturante para as mudanças sociais no país foi alimentado por debates desqualificados e por uma intensa propagação de notícias falsas e desinformação. Ao mesmo tempo, vimos crescer os diversos fundamentalismos e o negacionismo.

Antes da eleição de Bolsonaro, porém, o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro (RJ) Marielle Franco, em 14 de março de 2018, marcou o país e expôs de forma trágica a violência política de gênero que acomete e mata mulheres negras que ousam ocupar espaços na política institucional.

Eleito, Bolsonaro cumpriu promessas e aprofundou as desigualdades sociais no país. Não demarcou terras indígenas nem titulou territórios quilombolas e sucateou a educação pública. Sob seu mandato, houve aumento da violência no campo, desmatamento e degradação ambiental e o Brasil voltou ao mapa da fome. No momento em que o mundo se debruçava para encontrar respostas e se prevenir de uma das maiores pandemias do mundo, o Presidente debochou e chamou de ‘gripezinha’ a pandemia que, apenas no Brasil, vitimou mais de 700 mil pessoas.

Dados do Ministério da Agricultura apontam que em quatro anos Bolsonaro liberou 2.182 agrotóxicos, um recorde desde 2003 até então. O relatório “Conflitos no Campo Brasil 2022”, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e divulgado em abril de 2023, indicou que, entre 2013 e 2022, foram identificadas 1935 ocorrências de invasões de territórios no Brasil. Desse total, foram registradas 1185 ocorrências durante os quatro anos da gestão bolsonarista, o equivalente a 61,25%. O desmatamento ambiental



Foto: Arquivo CESE

também atingiu patamares históricos no governo de Bolsonaro: cresceu 150% na Amazônia e, no último ano do mandato, em 2022, o desmatamento aumentou em 25,3% no Cerrado. Esses dados são resultado do processo de ofensiva do agro e também do desmonte da legislação ambiental e enfraquecimento de órgãos de controle e fiscalização, como o Ibama.

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (novembro de 2021 a abril de 2022) revelou que, naquele período, 58,7% da população brasileira enfrentava algum nível de insegurança alimentar e cerca de **33 milhões de brasileiros enfrentaram a fome naquele período.**

OS IMPACTOS DO GOVERNO BOLSONARO CONTINUARÃO A RESSOAR NOS PRÓXIMOS ANOS.

A eleição de 2022, que levou Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência pela terceira vez, contudo, reacendeu a esperança de um novo capítulo na história do Brasil. A vitória eleitoral interrompeu, mas não por completo, o ciclo de avanço do neofascismo no Brasil, marcando uma mudança na correlação de forças. Além disso, foi uma vitória parcial, já que o amplo arco de alianças exigiu acomodação, nos ministérios, por exemplo, de setores que não estão alinhados com propostas mais progressistas e também foi uma vitória que não se refletiu no Legislativo, cuja composição tem maioria de oposição ao governo Lula. Diante das derrotas dos anos anteriores, a classe trabalhadora que elegeu Lula conseguiu também se reposicionar, partindo para a ofensiva e retomando as ruas com pautas importantes, como por exemplo a luta pelo fim da escala de trabalho 6x1.

No entanto, a vitória eleitoral de Lula também provocou os setores reacionários para manifestações antidemocráticas. Centenas de bolsonaristas, inconformados com o resultado eleitoral, acamparam em frente aos quartéis do Exército em diversos estados do país, tendo a cidade de Brasília como o ponto focal dos manifestantes. Em 12 de dezembro de 2022, data da diplomação de Lula, seguidores de Bolsonaro tentaram invadir o prédio da Polícia Federal e realizaram atos de vandalismo na capital do país.

Esses eventos culminaram no fatídico 8 de janeiro de 2023, quando uma multidão invadiu a Praça dos Três Poderes, depredando o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto, na tentativa de dar um golpe de Estado.

Pós tentativa de golpe, o STF tem agido no sentido de identificar e julgar os golpistas, o que tem resultado em prisões, incluindo oficiais de alto escalão das forças armadas que estão respondendo na justiça por planejar e atacar as instituições públicas e segue o processo de responsabilização pela mentoria do golpe e pelo plano de assassinato do presidente Lula e do seu vice presidente, e o ministro do STF Alexandre de Moraes. A mobilização popular (#SemAnistia) e a expectativa de prisão de Bolsonaro tem fortalecido a defesa da democracia e das instituições brasileiras perante o povo brasileiro e dos diversos atores mundiais.

Por fim, o resultado das eleições municipais de 2024 revelou um crescimento preocupante da extrema direita, comparando com os resultados de 2020. O PL (Partido Liberal) passou de 345 para 517 prefeituras; o Republicanos dobrou o número de prefeituras governadas, passando de 211 para 440 prefeituras e o Partido Novo, que tinha apenas uma prefeitura, conseguiu vencer as eleições em 19 cidades. A análise sobre o desempenho da

esquerda dá conta de que, mesmo se observando um resultado positivo em relação ao PT (Partido dos Trabalhadores), que passou de 183 para 252 prefeituras, quando se observa o conjunto de partidos que poderiam ser classificados nesse grupo (PT, PSOL, PCdoB, PDT, PSB, PV e Rede), a despeito de alguma divergência acerca dessa classificação, houve uma redução no número de prefeituras, passando de 796 para 734, conforme dados do TSE consolidados pelo Observatório das Metrópoles. Somando-se a isso o desempenho positivo de muitos dos partidos de Centro, tem-se um quadro preocupante para as lutas populares e para a pauta de direitos humanos e também um desafio para as disputas eleitorais de 2026.

**O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA
NOS EUA, COM A VITÓRIA ELEITORAL
DE DONALD TRUMP FOI DESTACADO
COMO UM VETOR QUE PODE
DESESTABILIZAR AINDA MAIS A
GEOPOLÍTICA MUNDIAL.**



Embora a eleição de Kamala Harris também não fosse para alguns a melhor opção, os Republicanos, com Trump, são muito piores. “Eles querem a volta de uma América escravocrata, onde só os brancos têm poder”, manifestou um dos participantes de um dos seminários. Um dos riscos apontados é que Trump quebra a lógica do *establishment* porque, se a democracia que se tem hoje já é ruim, sem ela o que aparece é algo ainda pior. Além disso, vale lembrar que a extrema direita tem avançado em outros países, como na Argentina, embora a esquerda também tenha tido algumas vitórias, como no México.

A questão climática foi outro elemento de contexto bastante destacado, conforme pode ser visto ao longo do texto.

Esse exercício de revisitar as análises de conjuntura, realizadas em diferentes momentos, evidenciou “*o esperar dos povos do campo, das florestas, das águas e das cidades*” ao trazer não apenas as adversidades e complexidades da relação entre campo e cidade, mas também dando ênfase às diversas formas e expressões de resistência e de possibilidades de articulação entre os movimentos dos territórios de vida.

"Temos que fazer um processo de acúmulo de forças. Precisamos organizar a resistência para a retomada de um imaginário próprio: os movimentos dos campos, das águas, florestas e periferias porque nunca foi fácil, mas nós sempre resistimos". (Renata Menezes, MST - maio de 2024).

Defesa intransigente e incontestável da democracia

"O povo brasileiro tem enfrentado derrotas e retrocessos grandes, conjugados aos impactos da pandemia, que nos deixaram com sequelas e dores. Vivemos uma ofensiva gigantesca, no bojo da crise mundial do capitalismo, que coloca em crise a democracia. A gente lutar pela democracia tem a ver com a gente poder continuar viva. A defesa da democracia, incontestável, é sobre a defesa da vida". **(Ceres Hadisch, da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, no Seminário de março de 2023).**

"Estamos lidando com inimigos da democracia brasileira, inimigos dessa jovem entidade que é a democracia brasileira: frágil, incompleta, inconclusa, mas que é a única ferramenta que nós conseguimos, em alguma medida, construir para superar algumas adversidades". **(Dani-lo Moura, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental - RBJA, março de 2023).**

Mas que democracia é essa? Qual o cenário democrático que o povo brasileiro almeja? Democracia é representação política? Os povos do campo, das florestas e das águas e os povos que vivem na cidade sabem bem que democracia plena, digna, se faz também com acesso a direitos básicos e fundamentais.

Se, por um lado, a eleição de Lula representou um país tentando voltar aos trilhos, do outro, o povo brasileiro elegeu uma das piores composições ao Congresso Nacional para o exercício de 2023 a 2026. Em 2024, o PL continuou com a maior bancada da Câmara, com 95 representantes, seguido pela Federação Brasil da Esperança (PT/PCdoB/PV), com 81. No Senado, o líder era o PSD, com 15 representantes, à frente do PL (12) e do MDB (11).

O governo Lula enfrenta desafios significativos devido à postura conservadora e à força política do Congresso. Apesar de avanços econômicos e sociais no governo atual, a extrema direita permanece organizada e influente. Diversos projetos de lei, propostas de emendas constitucionais, além da própria Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), atentam contra os direitos da população. A agenda prioritária e panfletária da extrema direita no parlamento continua sendo em maior medida - desde que alcancem e insuflam as discussões em redes sociais baseadas em fake news - as chamadas pautas morais e de costumes, que estão relacionadas, fortemente, aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Nas análises e debates realizados durante os seminários, as organizações destacaram que é essencial a aproximação e articulação do governo com os setores populares, promovendo pressão social e política, além de construir e/ou retomar espaços de participação e de controle social que contribuam efetivamente para que as políticas públicas contemplem as prioridades do povo. Além disso, o debate ideológico precisa ser intensificado na sociedade, como forma de disputar as narrativas com a extrema direita.

"Esse é o desafio para esperarçar: Não é porque tivemos vitórias significativas na política que temos que nos acomodar. Se, nos outros

governos do PT, tivemos avanços, agora a gente não pode dormir porque a gente viu o quanto é frágil, o quanto as conquistas do nosso povo são a primeira proposta de desistência. Simone de Beauvoir dizia: "quando uma democracia se fragiliza, são os direitos das mulheres que são questionados". E, quando nossa democracia se fragiliza, são os povos e comunidades tradicionais que são questionados, cerceados. Quando se fala em recessão da economia, é nossa política pública que é cortada, para garantir a economia". **(Maryellen Crisóstomo, da CONAQ¹ e COEQTO² - março de 2023).**

1 Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos - CONAQ

2 Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins
- COEQTO



2. Povos do campo, das florestas, das águas e das cidades

*Fogo! Queimaram Palmares... Nasceu Canudos
Fogo! Queimaram Canudos... Nasceu Caldeirões
Fogo! Queimaram Caldeirões... Nasceu Pau de Colher
Fogo! Queimaram Pau de Colher...
E nasceram - nascerão - tantas outras comunidades
que os vão cansar se continuarem queimando
Porque, mesmo que queimem a escrita, não queima-
rão a oralidade
Mesmo que queimem os símbolos, não queimarão os
significados
Mesmo queimando o nosso povo, não queimarão a
ancestralidade*

(Nego Bispo, quilombola do Piauí, falecido em 2023)

Os diálogos do *Esperançar dos povos do campo, das águas e das florestas* abordaram questões que atravessam suas vidas e lutas, destacando, sobretudo, os impactos provocados pelos grandes empreendimentos. Esses projetos afetam não apenas o meio ambiente, mas também transformam profundamente as dinâmicas sociais e culturais de toda a sociedade.

A reflexão partiu da compreensão de que a luta de classes é permanente, baseada na contradição capital e trabalho, e que no campo (mas, também nos demais territórios) essa contradição se materializa de forma direta entre o agronegócio, as eólicas, as

mineradoras, em contraposição aos povos, que são guardiões da biodiversidade, mas que não são protegidos efetivamente frente à ofensiva do capital, que tem o Estado a seu serviço.

Ainda observando a realidade do campo e considerando a importância da soberania e segurança alimentar, verifica-se que a agricultura camponesa, as comunidades quilombolas, os povos indígenas muitas vezes foram e são colocados como empecilho para o desenvolvimento (do capital).

MAS QUE DESENVOLVIMENTO É ESSE? PARA QUEM?

Os povos têm sido expulsos das suas áreas, que são territórios de vida, para a implantação ou ampliação de grandes projetos: eólicas, mineração, hidrelétricas... Mas, são os povos os guardiões do meio ambiente e responsáveis por produzir alimento saudável.

O padrão de consumo é dado por quem concentra as terras. O agronegócio tem 76% das áreas agricultáveis no Brasil, enquanto a agricultura camponesa tem cerca de 25%. Isso também é a causa da fome, da pobreza, dos problemas ambientais e de doenças, como o câncer, em nosso país, reforçando a urgência de efetivação de uma reforma agrária popular.



A liberação de agrotóxicos pelo governo Bolsonaro - e mesmo no governo Lula - e o modelo de “alimentação” baseado nos ultraprocessados também são um problema decorrente desse modelo de produção e consumo. Também vale destacar a existência de uma relação direta entre fome e desemprego: o agronegócio é uma fábrica de pobreza e fome no Brasil.

Nas discussões, além da exposição sobre a diversidade de realidades, as questões socioambientais, políticas, raciais, de gênero, geracionais e a luta pela terra, território, água e biodiversidade foram abordadas de forma interligada.

Povos das Florestas

Em 2023, Alessandra Munduruku, da Associação Indígena Pariri e da Federação dos Povos Indígenas do Pará (Fepipa), trouxe um relato profundo sobre a luta de seu povo pela preservação do território, ameaçado por projetos de hidrelétricas, mineradoras, madeireiros e legislações como o PL 490 e o Marco Temporal. Ela destacou os impactos socioambientais e culturais dessas iniciativas que comprometem locais sagrados, recursos naturais e o modo de vida dos povos indígenas.

Alessandra lembrou a resistência frente à construção de Belo Monte e outras hidrelétricas, além da retomada de locais sagrados, em 2019, feita com o protagonismo indígena. Criticou projetos que ignoram o direito de consulta e ressaltou a importância do protocolo de consulta criado pelos Munduruku, que garante que decisões sejam tomadas com ampla participação comunitária.

Além dos impactos causados pela construção da Usina de Belo Monte, em 2013, o consórcio responsável pela construção da usina hidrelétrica de Teles Pires - formado pelas empresas Odebrecht, Voith, Alstom, PCE e Intertechne - obteve autorização

judicial para iniciar as obras, destruindo as corredeiras do rio. A explosão das pedras e a abertura do leito do rio não apenas alteraram a geografia local, mas também aniquilaram um espaço sagrado para os povos indígenas da região.

"Quem vai consultar os animais? Quem vai consultar os locais sagrados? Será que o governo considera isso? Conhecem a morada dos peixes? Consulta e ouve as crianças? Vocês que vêm de fora vão consultar e ficar com a gente na floresta para poder conhecer? Vão querer ensinar a gente como viver, mas a gente tem os nossos próprios protocolos de consulta de todo povo, toda a gente e a natureza". (Alessandra Munduruku, da Associação Indígena Pariri e da Federação dos Povos Indígenas do Pará - Fepipa, março de 2023).

Projetos de lei que são contrários aos direitos dos povos indígenas e que tramitam no Congresso Nacional:

PEC 48/2023, que altera o art. 231 da Constituição para inserir o Marco Temporal.

PEC 36/2024, que altera o art. 231 da Constituição para permitir a exploração das TIs com qualquer atividade econômica, de forma direta e até por arrendamento.





PEC 59/2023, que altera o art. 231 da Constituição. Transfere a competência sobre demarcações da União para o Congresso.

PL 6050/2023 (originada na CPI das ONGs), que libera exploração de atividades de mineração, garimpo, energia elétrica, entre outras, em TIs.

PL 6053/2023 (originada na CPI das ONGs), que altera a lei nº 6001/73 (Estatuto do Índio). Prevê casos de impedimento e suspeição de peritos antropológicos em processos de demarcação. Dispõe que a comunidade só deverá ser reconhecida como indígena se forem identificados modos de vida distintos da comunidade não indígena envolvente, abrindo margem para aplicação de teorias integracionistas e assimilacionistas sobre identidades indígenas.

PEC 10/2024, modifica o art. 231 da Constituição para permitir a prática de quaisquer atividades florestais e agropecuárias (inclusive a monocultura), bem como celebrar contratos de arrendamento e parceria, para comercializar a produção.

PEC 132/2015, altera o art. 231 da Constituição. Prevê a indenização de invasores de TIs demarcadas até 05 de outubro de 2013. Já foi aprovada no Senado e, em novembro de 2023, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), autorizou a criação de comissão especial para analisar o projeto.

PL 4039/2024, muda o processo de demarcações. Altera

a lei 14.701/23 para indenizar, por danos materiais e imateriais, invasores de TIs em casos de retomadas em áreas onde o processo demarcatório ainda não foi finalizado. Prevê a suspensão do processo de demarcação enquanto houver "ocupação irregular" na área.

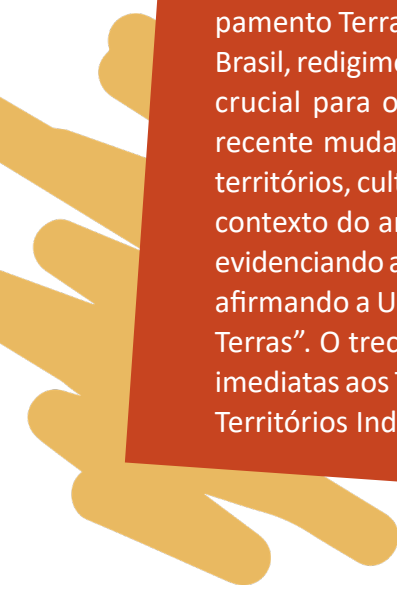
PL 709/2023 ("Pacote Anti-Invasão") - altera a lei 8629/1993. Criminaliza participantes de ocupações e de retomadas de terras. Quem for acusado de "invasão de domicílio" ou "esbulho possessório" fica impedido de acessar benefícios e políticas sociais, como reforma agrária, "Minha Casa Minha Vida", assistência social, inscrever-se em concursos públicos, entre outros. Já foi aprovado na Câmara e enviado ao Senado.

PL 8262/2017 ("Pacote Anti-Invasão") - autoriza o despejo imediato de ocupantes de terra pela Polícia Militar ou Polícia Federal, sem que haja necessidade de decisão judicial. Prevê o cumprimento de reintegrações de posse em até 48 horas. Cria o tipo penal "Esbulho Possessório Coletivo", com penalização mais severa que o esbulho possessório. Aguarda a apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

PL 4183/2023 ("Pacote Anti-Invasão") - impõe aos movimentos sociais e populares a criação de CNPJ para fins de criminalização civil e penal. A obrigatoriedade de aquisição de personalidade jurídica se aplicará a movimentos sociais organizados em mais de três estados e com destaque na imprensa local e nacional. Aguarda a apreciação na CCJC.

As ofensivas contra os direitos de povos indígenas e que ameaçam os seus territórios vêm, principalmente, do Congresso Nacional. Um levantamento realizado em novembro de 2024 pelo [Instituto Socioambiental](#) listou 12 projetos de lei que são contrários aos direitos dos povos indígenas e tramitam no Congresso Nacional.

A luta histórica dos povos indígenas no Brasil é marcada pelo genocídio, roubo e exploração de suas terras e pela resistência contínua em defesa de suas vidas, territórios, línguas e culturas. Entre as inúmeras ameaças, a Lei nº 14.701/2023 do Marco Tem-



Organizado pela **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)**, em 21 e 26 de abril de 2024, a maior mobilização indígena do país, o **Acampamento Terra Livre (ATL)** reuniu mais de 8 mil pessoas sob o tema “Nosso Marco é Ancestral, Sempre Estivemos Aqui”. “Ao marcar os vinte anos de luta e resistência do Acampamento Terra Livre, a maior manifestação indígena do Brasil, redigimos esta carta no contexto de um momento crucial para os povos indígenas do Brasil. Apesar da recente mudança de governo, as ameaças aos nossos territórios, culturas e direitos persistem, reforçadas pelo contexto do ano mais quente já registrado na história, evidenciando a contínua emergência indígena. Seguimos afirmando a URGÊNCIA para as demarcações de nossas Terras”. O trecho da carta final do ATL reivindica ações imediatas aos Três Poderes e alerta para as ameaças aos Territórios Indígenas.

poral é vista como um grande retrocesso dos direitos indígenas desde a redemocratização. Em apenas um mês de vigência, foram registrados 9 assassinatos de indígenas e 23 conflitos em territórios distribuídos por 7 estados e 5 biomas, devido à expansão do agronegócio, monoculturas e garimpo, evidenciando suas graves consequências para os povos originários, de acordo com a APIB.

"As coisas nunca foram fáceis e nunca serão pelo fato de sermos indígenas, de sermos mulheres, de sermos essas mulheres que se desafiam e que se colocam a sonhar. Nosso objetivo é - e continuará sendo - esse de mobilizar, articular, para que mais mulheres estejam neste lugar de fala, neste lugar de escrita (porque a gente também chega à universidade) e neste lugar de voz (nossas anciãs têm um papel fundamental neste processo)". (Braulina Baniwa - março de 2023).

Povos do Campo

De acordo com o [Dossiê nº 67](#), do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, após a crise financeira de 2008, as economias capitalistas aumentaram a exploração do trabalho e aceleraram a destruição dos bens naturais para manter a dinâmica do sistema financeiro. Isso resultou em um aprofundamento das desigualdades na agricultura, com a concentração de poder nas grandes empresas transnacionais, a queda nos preços dos produtos agrícolas e das terras dos pequenos produtores e o endividamento e expulsão das famílias camponesas.

"O Movimento de Atingidos por Barragens tem mais de 30 anos. Na região oeste da Bahia, a gente está organizado há mais de 20 anos e sofre na pele isso tudo que foi colocado: as ações do agronegócio, dos grandes empreendimentos, que vêm nos ameaçando com construção de barragens, apropriação das terras, destruição dos nossos modos de vida". (Maria José Sodré, do Movimento de Atingidos por Barragens da Bahia - março de 2023.)

Esse modelo predatório aprofunda ainda mais a superexploração da força de trabalho e o esgotamento dos recursos naturais, que são as bases da produção da riqueza social.

Povos das Águas

"A maré que costumava vir em março, abril, nos orientava a não produzir em determinadas áreas nesse período. Essa maré mudou. Temos visto beiras de praias, nossos roçados sendo constantemente alagados, mas de maneira nenhuma iremos responsabilizar a água por isso. A água para nós é sagrada. Garante culto, lazer, alimento. A crise é consequência de um modelo de desenvolvimento que é escolha, inclusive, do governo brasileiro". (Elionice Sacramento, pescadora - novembro de 2024).

Elionice Conceição Sacramento, pescadora, quilombola e doutoranda em Antropologia, compartilhou reflexões sobre sua

comunidade e os desafios enfrentados por povos tradicionais. Sua comunidade, localizada em Conceição de Salinas, é marcada pela diversidade de pescados, proveniente do encontro das águas da Baía de Todos os Santos e do Rio Paraguaçu.

Ela enfatizou que, embora o cenário atual possa parecer favorável, ainda há muitos desafios, como a expropriação de territórios e a falta de políticas públicas para povos como quilombolas e pescadores. Também destacou a importância da identidade de mulher das águas, que se manifesta em diferentes formas, e a necessidade de resistir às tentativas de monocultura na pesca.

A desigualdade nas condições de vida das famílias tradicionais, afetadas pela mudança nas políticas de assistência social, também foi apontada como um problema. Ela ressaltou a importância de articular os movimentos populares e ancestrais, como os exemplos de Palmares e dos povos Maias, para fortalecer a luta em defesa dos territórios e a necessidade de dialogar com diferentes grupos, como, por exemplo, pessoas evangélicas.

Povos das Cidades

Mira Alves, coordenadora estadual do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), compartilhou sua trajetória de lutas e a realidade enfrentada pelos movimentos sociais. Com uma longa experiência de militância, Mira ressaltou a importância da união entre os povos na luta por direitos e a superação das dificuldades impostas pela estrutura social e política. A ocupação de espaços urbanos tem sido uma estratégia de luta, mas os desafios são imensos, incluindo a falta de espaço adequado para a moradia e a dificuldade de manter as tradições e identidades.

A conjuntura social, marcada pela falta de políticas públicas efetivas, agravou ainda mais a situação das comunidades,

especialmente durante a pandemia, quando o isolamento e o descaso governamental se tornaram ainda mais evidentes. Mira também denunciou as injustiças sociais e ambientais, como o uso indiscriminado de venenos que afetam as comunidades e os ecossistemas locais. Ela ressaltou a luta constante pela moradia digna e pela preservação do meio ambiente, com projetos como o reflorestamento e o cultivo de plantas medicinais que buscam garantir a sobrevivência e a saúde da comunidade. A mobilização e a solidariedade entre os movimentos sociais são essenciais para enfrentar a situação de exclusão e marginalização vivida pelas comunidades.

Como é possível observar,

- Povos indígenas, comunidades quilombolas, trabalhadores/as do campo, das cidades e das águas estão na linha de frente da luta contra a exploração predatória;
- Esses grupos têm relações socioeconômicas e culturais específicas que os tornam alvos de desapropriação e exploração do capital financeiro.

Na publicação “Mercado ou Bens Comuns?”, que reflete sobre o papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental, o autor Jean Pierre Leroy aponta que a política econômica do Brasil, focada no desenvolvimento através da produção e exportação de commodities, resulta na destruição acelerada dos ecossistemas e na marginalização de povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses. Como resultado, esses grupos têm seus direitos ao meio ambiente e à autodeterminação constantemente negados, sendo forçados a se deslocar, pressionados e até exterminados pelo avanço da agropecuária, mineração e grandes projetos sobre suas terras.

Diante de tantas ameaças, conflitos, assassinatos e retiradas de direitos, a **Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)** foi o primeiro acordo internacional a reconhecer os direitos dos povos indígenas, associando seus modos de vida e organização social aos territórios tradicionalmente ocupados e ao uso dos recursos naturais pela comunidade. Em 2018, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de outras pessoas que trabalham nas zonas rurais, que estabelece direitos, diretrizes e compromissos para aqueles que vivem e trabalham nas áreas rurais, reconhecendo os direitos territoriais das Comunidades e Povos Tradicionais.

Além desses dois marcos legais importantes, outro marco importante para a garantia de direitos de Povos e Comunidades Tradicionais é o Decreto nº 6040 de 2007, onde são definidos



Foto: Tarcilo Santana

como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

**ESSE RECONHECIMENTO TEM
O OBJETIVO DE GARANTIR A
PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS
POPULAÇÕES RURAIS, ABRANGENDO
COMUNIDADES TRADICIONAIS,
CAMPONESES, AGRICULTORES
FAMILIARES, PESCADORES
ARTESANAIS, POVOS NÔMADES,
TRABALHADORES AGRÍCOLAS E
POVOS INDÍGENAS.**

Os marcos legais, no entanto, não são suficientes para garantir os direitos desses povos que, cotidianamente, são alvo de violências e falta de acesso a políticas públicas, como educação, saúde, cultura, lazer, fomento para produção, entre outros aspectos necessários a uma vida digna.

"Apesar da Constituição Federal e das Convenções internacionais, são violados todos os nossos direitos que, além do bioma, afeta as comunidades, os nossos territórios. A gente vem sofrendo com o avanço do agronegócio que quer

drenar a área úmida do Pantanal para expansão da fronteira agrícola da monocultura; sofremos também com as empresas do hidronegócio que atentam contra nossos territórios com a construção de hidrovias, a instalação de hidrelétricas e também com marcos legais. Recentemente tivemos uma legislação que foi constituída sem ouvir as vozes das comunidades tradicionais que habitam o Pantanal". **(Edinalda Pereira do Nascimento, da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira, dos territórios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - março de 2023).**

Foto: Beatriz Tuxá



3. Crise e Justiça Climática

A desigualdade é um dos marcadores mais fortes promovidos pelo modelo de desenvolvimento baseado na acumulação do capital e na exploração do meio ambiente e ancorado no patriarcado e no racismo. Como consequência, a crise climática está evidente: eventos extremos, secas severas, chuvas intensas, aliados ao aumento do desmatamento nos biomas, como Cerrado e Amazônia.

Um olhar sobre o Cerrado

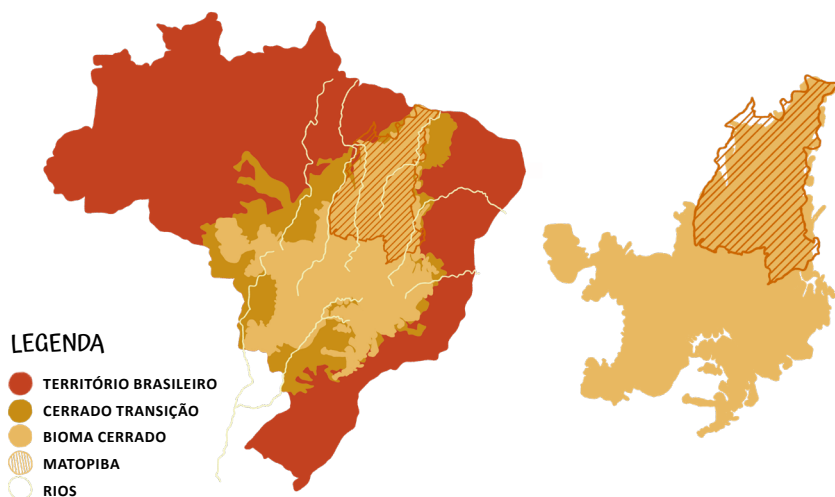
De acordo com o RAD – Relatório Anual do Desmatamento no Brasil do MapBiomas, mais da metade de toda a área desmatada no Brasil em 2023 está no Cerrado, principalmente na região do MATOPIBA, entre Bahia, Piauí, Tocantins e Maranhão. Este último assumiu a liderança entre os estados que mais desmataram no ano passado.

Perda de vegetação nativa: Nos últimos cinco anos, o Brasil perdeu 8.558.237 hectares de vegetação nativa, equivalente a duas vezes o estado do Rio de Janeiro. Os biomas Amazônia e Cerrado representam mais de 85% da área desmatada no país.

Mas, pela primeira vez desde o início da série do MapBiomas Alerta, em 2019, o Cerrado ultrapassou a Amazônia em termos de área desmatada. Em 2023, o Cerrado correspondeu a 61% da área desmatada em todo o país e a Amazônia, a 25%. Foram 1.110.326

hectares desmatados no Cerrado, em 2023, um crescimento de 68% em relação a 2022. Quase todo o desmatamento do país (97%) teve a expansão agropecuária como vetor.

Juntos, quatro estados do Cerrado – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que formam a região conhecida como MATOPIBA – ultrapassaram a área desmatada nos estados da Amazônia e responderam por quase metade (47%) de toda a perda de vegetação nativa no país, no ano passado. Foram 858.952 hectares – um aumento de 59% em relação ao ano de 2022, o qual já havia registrado aumento (36%) em relação a 2021. **Três em cada quatro hectares desmatados no Cerrado em 2023 (74%) foram no MATOPIBA.** Dois terços (33) dos 50 municípios que mais desmataram no Brasil em 2023 ficam no Cerrado, sendo que todos os 10 municípios com maior área desmatada no Cerrado em 2023 estão localizados no MATOPIBA.



Fonte: IBGE

Mapa: Gabrielle Sodré

Nesse contexto, os seminários destacaram as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas e comunidades tradicionais do Cerrado, que dependem dessa região para sua cultura, cren-

ças e modo de vida. Na linha geral de avaliação das organizações e movimentos sociais que participaram das atividades, a crise política e a ascensão da extrema direita complicam ainda mais a situação, com desafios como a ameaça do Marco Temporal e a pressão sobre os direitos territoriais. A destruição do Cerrado, além de ameaçar a biodiversidade, afeta diretamente a vida e a cultura dos povos que ali habitam, tornando ainda mais urgente a luta por justiça socioambiental.

O Cerrado, conhecido como o berço das águas, tem sido tratado como uma área de sacrifício para favorecer o avanço do modelo neoliberal de desenvolvimento. Em 2019, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, composta por 56 movimentos e organizações sociais, solicitou ao Tribunal Permanente dos Povos (TPP) uma Sessão Especial para julgar o ecocídio do bioma e o genocídio de seus povos. A petição alertava que, sem ações para conter a destruição, o Cerrado poderia desaparecer nos próximos anos, resultando não apenas na perda do bioma, mas também na aniquilação das condições de vida dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que dependem dele para sua sobrevivência cultural e social.

Dependência do Cerrado: povos indígenas e comunidades tradicionais dependem do Cerrado para sua cultura, crenças e modo de vida;

Crise política e ascensão da extrema direita: a eleição de grupos de extrema direita e a ameaça do Marco Temporal complicam a situação dos direitos territoriais;

Divisão no movimento indígena: o movimento indígena enfrenta divisões internas, especialmente sobre a negociação de direitos e o envolvimento com o governo; Pressão sobre os territórios: conflitos, invasões e exploração predatória de terras (agropecuária, mineração) intensificam as dificuldades das comunidades;

Destruição do Cerrado: a devastação do Cerrado ameaça a biodiversidade, as culturas tradicionais e as condições de vida dos povos que ali habitam;

Crise climática e exploração predatória: a crise climática é exacerbada pela exploração predatória do meio ambiente, refletindo a lógica neoliberal;

Desigualdade no impacto da crise climática: comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, são desproporcionalmente afetadas pelos danos ambientais;

União entre movimentos sociais: a urgência de unir movimentos sociais e envolver a juventude na luta por justiça ambiental e na preservação dos territórios tradicionais;

Luta pela preservação do Cerrado: a preservação do Cerrado é fundamental para garantir a sobrevivência cultural, ambiental e territorial das populações locais.

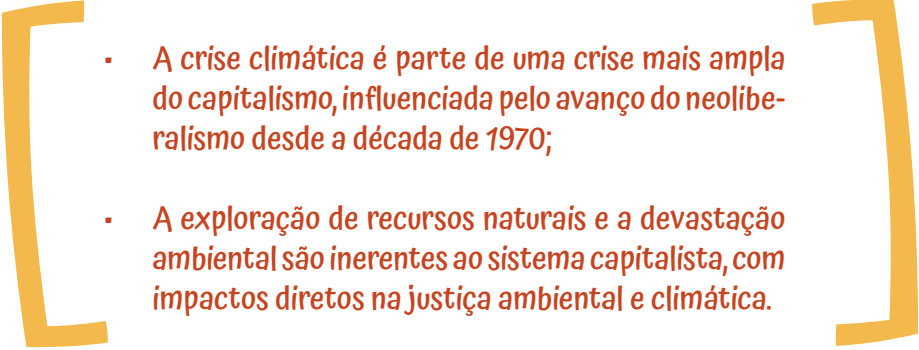
"Eu sou habitante do Cerrado. Nós, povos do Cerrado, vivemos e dependemos do Cerrado. Sem o Cerrado, nosso sonho, nossa cultura, nossas crenças vão embora. O Cerrado está sendo devastado. Seus povos estão perdendo, a cada segundo, a sua língua, sua crença, a água, a sua cultura, porque quanto mais o Cerrado for devastado, se não preservar as plantas, se não preservar os pássaros, então cada minuto que cai o Cerrado saibam que muitos de nós estamos morrendo, cada minuto também. Então é importante a gente se juntar em prol do Cerrado". **(Hiparidi Xavante, coordenador da Rede Cerrado, morador da TI Sangradouro em Mato Grosso).**

**A CRISE CLIMÁTICA É UMA
REALIDADE PARA TODO MUNDO,
MAS NÃO ATINGE TODAS AS
PESSOAS DA MESMA FORMA.**

A crise climática é abordada como um reflexo do capitalismo e da exploração do meio ambiente, que afeta de forma desigual as comunidades tradicionais. Unir forças entre diferentes grupos e envolver a juventude na disputa por narrativas que busquem preservar os territórios e os modos de vida das populações dos diversos territórios de vida são estratégias de luta apontadas nos seminários.

"Estamos no mesmo mar, mas não no mesmo barco. Alguns estão no iate, outros em um barquinho, outros em uma placa de madeira, como no Titanic". (Joyce Paixão, presidenta da Associação Gris Espaço Solidário, em Recife (PE) - novembro de 2024).

Povos tradicionais e comunidades, assim como as mulheres, em especial as mulheres negras, são desproporcionalmente afetados, evidenciando a urgência de se avançar na construção de uma perspectiva de justiça climática que também incorpore o enfrentamento ao machismo e ao racismo, com envolvimento da juventude.

- 
- A crise climática é parte de uma crise mais ampla do capitalismo, influenciada pelo avanço do neoliberalismo desde a década de 1970;
 - A exploração de recursos naturais e a devastação ambiental são inerentes ao sistema capitalista, com impactos diretos na justiça ambiental e climática.

■ **Crise climática e crise do capital:** A crise climática é resultado direto do modelo capitalista de produção, que alcançou um ponto de ruptura. Não há mais soluções paliativas; é necessária uma transformação estrutural;

■ **Racismo estrutural e justiça ambiental:** O racismo estrutural permeia todas as crises sociais, mas também a crise climática, atingindo de forma desproporcional povos indígenas, quilombolas e comunidades vulneráveis. É fundamental abordar essas questões

de forma interseccional, integrando raça como categoria analítica para entender a sociedade e o Estado.

Além disso, também foram apontadas as seguintes questões:

- Necessidade de popularizar termos ambientais;
- Crise climática não pode ser separada de outras crises ambientais. Além disso, é apontada a falta de ações na periferia (como o plantio de árvores) e a desconexão entre as áreas afetadas e as soluções propostas;
- Centralizar o racismo ambiental na discussão e compreender a crise climática como um problema do capitalismo;
- Conexão com a espiritualidade e a ancestralidade é fundamental para entender a relação entre a natureza e a existência humana.

Você sabia que o Cerrado e a Caatinga podem se transformar em patrimônio nacional?

SEM CERRADO
ÁGUA
VIDA



Atualmente, tramita no Congresso Nacional a **PEC 504/2010** que propõe a inclusão do **Cerrado e da Caatinga** entre os biomas considerados patrimônio nacional, o que atualmente não ocorre, apesar de sua importância. A Constituição brasileira reconhece apenas como patrimônio nacional a Amazônia e a Mata Atlântica. Se forem reconhecidos como patrimônio nacional, os recursos naturais dessas áreas deverão ser utilizados de forma a garantir a **preservação ambiental**. O Cerrado - a savana mais biodiversa do planeta - e a Caatinga - a única região ecológica exclusivamente brasileira - ocupam 45% do território nacional, onde vivem mais de 50 milhões de pessoas.

4. Racismo e Racismo Ambiental

O racismo é um sistema de dominação que se desenvolveu simultaneamente com a expansão do capitalismo. Nesse contexto, capitalismo e escravidão não são fenômenos separados, mas fazem parte de um mesmo processo histórico. No caso específico do Brasil, as características históricas de sua formação social e econômica apontam que o racismo estrutural e as relações de gênero estão profundamente conectados à maneira como o capitalismo dependente se desenvolveu no país, como sistemas que se sobrepõem.



Foto: Agência Brasil

"Precisamos fazer um enfrentamento ferrenho contra o racismo estrutural. Esse racismo estrutural faz com que, por exemplo, os povos das florestas sejam executados, que tenha esse genocídio que é o mesmo genocídio com a juventude negra, nas periferias e favelas, que é o mesmo genocídio com os povos das águas, com o povo do campo, com os povos originários e quilombolas. Existe essa linha interseccional que passa por todos esses grupos, por todos esses povos. Precisamos encarar a raça como uma categoria analítica para pensar a sociedade. Quando eu falo de racismo ambiental, estou falando de saúde, educação, moradia digna, bem-estar, políticas públicas, estou falando de um conjunto de coisas que precisam ser tratadas com os nossos corpos como protagonistas." **(Joyce Paixão, presidenta da Associação Gris Espaço Solidário em Recife / PE - novembro de 2024.**

- Nas cidades, o racismo perpetua as desigualdades no uso do espaço urbano e acesso a recursos naturais;
- Comunidades periféricas, compostas majoritariamente por mulheres negras, mães-solo e LGBTQs, sofrem os maiores impactos ambientais e sociais.

O racismo e o patriarcado são estruturas determinantes na produção e reprodução das relações sociais desiguais da sociedade brasileira e são a base da dominação e exploração do trabalho, sobretudo de mulheres negras. E, por isso, quando se fala em injustiças climáticas, crises políticas, ambientais e sociais, as mulheres, negras, são as mais afetadas.

Entenda o que é racismo ambiental

De acordo com a pesquisadora Tania Pacheco, o Racismo Ambiental é constituído por injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Segundo Tania Pacheco, “o modelo de desenvolvimento hegemônico no mundo atual, cada vez mais, trata a maioria da humanidade como objetos: uns, a serem usados a serviço do lucro; outros, considerados supérfluos, a serem sumariamente descartados. Ou somem das estatísticas a partir de causas “naturais” decorrentes da desnutrição ou de doenças causadas pela miséria absoluta, ou são expulsos de seus lares para que megaprojetos se estabeleçam, ocupando e arrasando o território para ‘implantar empregos, progresso, desenvolvimento sustentável e cidadania’. Como apregoam, aliás, os belos sites dos conglomerados – nacionais e internacionais – responsáveis por essa situação”.

Cidade – Questão urbana

O direito à cidade no Brasil também está relacionado ao racismo estrutural e é marcado pela falta de políticas de distribuição de terras para a população negra após a abolição da escravidão, o que contribuiu para um processo de urbanização desigual.

A violência nas cidades cresce, especialmente nas comunidades negras, com um alto número de jovens assassinados e aumento da insegurança das mulheres.

A pesquisa “Vivências e demandas das mulheres por segurança no deslocamento”, realizada pelos Institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, constatou que 97% das brasileiras sentem medo de sofrer violência quando se deslocam pela cidade; 80% declaram “sentir muito medo”. A pesquisa ouviu mais de 4 mil brasileiras que utilizam diferentes formas de transporte em seu cotidiano. O estudo, de abrangência nacional, também destaca resultados de nove capitais: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Os resultados evidenciam a permanência de um padrão preocupante: a maioria das entrevistadas relata ter enfrentado situações de violência, como importunação, assédio sexual e estupro, durante seus deslocamentos pelas cidades. Assalto, sequestro, estupro e assédio/importunação sexual são os principais temores das brasileiras quando saem de casa e circulam pela cidade.

A pesquisa é uma evidência concreta do cenário preocupante que reverbera na sociedade brasileira, onde as mulheres são alvo fácil de violências. No transporte ou em casa, as mulheres não estão seguras.

Diante desses problemas, novas formas de resistência emergem. O direito à cidade abrange questões econômicas, sociais, culturais e ambientais, portanto, pautas que se conectam com as demandas de povos camponeses, das águas e das florestas.

Soberania e Segurança Alimentar

**EM ESPAÇOS COM POVOS DO
CAMPO E DA CIDADE, DISCUTIR
QUESTÕES RELACIONADAS À
SOBERANIA ALIMENTAR, POR
EXEMPLO, SE TORNA ESSENCIAL.**

O conceito de soberania alimentar, conforme a Via Campesina, está relacionado ao direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. O foco é promover a produção e o comércio local, fortalecer a autossuficiência, preservar o meio ambiente e garantir a autonomia das comunidades, ao tempo em que se enfrenta o machismo e o racismo. Nesse sentido, a agroecologia e os diversos sistemas agroalimentares tradicionais são considerados essenciais para essa prática, pois integram conhecimentos populares e científicos, abordando questões ecológicas, éticas, sociais e econômicas. Outro ponto chave do debate sobre soberania alimentar é o fortalecimento da agricultura familiar, que fornece alimentos para mercados locais e contribui para a subsistência das famílias, oferecendo uma solução para a insegurança alimentar e um futuro mais sustentável.

A discussão sobre desigualdades aborda questões como fome, violência, falta de terra, território, teto, trabalho, saúde e educação. Não se trata apenas de lidar com os sintomas que impactam de forma imediata, mas também de enfrentar as raízes do problema. Combater a fome exige ações urgentes, mas também a reflexão sobre os fatores que levam a essa realidade, como a ausência de reforma agrária, o acesso desigual à terra e a inexistência de políticas públicas voltadas para a soberania e segurança alimentar. Garantir alimentos acessíveis, com preços justos e qualidade é um exemplo de como é essencial atuar nas causas estruturais das desigualdades para construir soluções efetivas. Paralelo ao enfrentamento da fome, também estão relacionadas questões como a produção de alimentos saudáveis, fortalecimento da agroecologia, de sistemas agroalimentares dos povos indígenas e de comunidades quilombolas e tradicionais e de políticas públicas que fomentem a produção e comercialização de alimentos.

"De um lado você tem pessoas não negras e privilegiadas com acesso a alimentos com alto valor nutritivo e, do outro, pessoas negras com ultraprocessados. O direito humano a uma alimentação adequada é de todos, todas e todes." (Mayza Gomes da Rede de Mulheres Negras pela Soberania Alimentar e Nutricional do Distrito Federal - maio de 2024).

5. Estratégias conjuntas das lutas campo e cidade

Qual a relação entre povos do campo, das águas, das florestas e povos das cidades? O que conecta as lutas desses povos, quais os desafios para uma aliança? As lutas por justiça climática, soberania alimentar, direito à moradia, saúde, luta pela terra são lutas comuns ou desafios?

Os diálogos propostos nos Seminários sobre a relação e correlação entre as lutas do campo, das águas, da floresta e das cidades resultaram em debates promissores sobre os desafios, mas também sobre essa falsa dicotomia de que é um *versus* o outro. Nos debates, as representantes das organizações apontaram o valor da diversidade e a necessidade de uma visão que unifique as lutas coletivas por direitos fundamentais como terra, território, água, sociobiodiversidade e alimento saudável.

O cenário de retrocesso vivido nos últimos anos, o desmonte das políticas públicas, a perda de direitos sociais faz parte de um modelo excludente de sociedade, tanto no campo quanto na cidade. O **racismo, o patriarcado e o capitalismo**, pilares estruturantes da sociedade brasileira, são fatores determinantes para as desigualdades sociais, raciais e de gênero no país.

A relação entre o campo e a cidade não pode ser discutida sem levar em conta o contexto atual e a correlação de forças.

Embora tenha havido vitórias políticas importantes, o fascismo ainda está presente nas prefeituras e no Legislativo, sobretudo levando em consideração o resultado eleitoral das Eleições Municipais de 2024, que apontaram o fortalecimento da direita no país, como já dito.

Essa relação entre campo e cidade é complexa e está intimamente ligada ao processo de industrialização e urbanização. Para compreender essa dinâmica, é necessário também abordar a questão da reforma agrária. O país foi formado a partir de um processo de dominação e genocídio de povos originários e, depois, do uso da mão de obra de negros e negras escravizados, trazidos à força de África. E é sobre essa exploração que os movimentos sociais se posicionam. O fim da escravidão não incluiu o povo negro, não garantiu terra e/ou condição de trabalho.

Movimentos sociais do campo já reconhecem a importância estratégica dessa relação, sendo a produção rural essencial para a sobrevivência urbana. Quando o campo não produz, a cidade não tem o que consumir. Mas vale lembrar que também há produção de alimentos nas cidades (agricultura urbana) e que também há consumo no campo e isso é uma questão que atravessa pautas de raça e gênero. Além disso, a questão ambiental, especialmente as **mudanças climáticas** provocadas por um capitalismo predatório, também é central. Os povos das florestas, das águas e dos campos, com suas formas diferentes de relação com a natureza, enfrentam impactos ambientais que unificam a luta dos movimentos sociais e populares.

A segregação socioespacial, que coloca negros e pobres em áreas vulneráveis, está diretamente ligada ao racismo ambiental. Por fim, é necessário unificar as pautas da classe trabalhadora, definindo um caminho

de pressão social para alcançar políticas públicas e garantia de direitos.

Nos debates gerados a partir dos seminários realizados pela CESE, o papel da juventude também foi foco de muitas intervenções. No geral, as discussões apontaram que a juventude brasileira, especialmente nos contextos rurais e periféricos, enfrenta desafios significativos ligados à desigualdade social, à falta de acesso a recursos e à desconexão com suas raízes culturais. Muitos jovens são influenciados por um projeto político que os distancia da natureza e da vida camponesa, incentivando a migração para as cidades com a promessa de melhores condições de vida, muitas vezes ilusória. A falta de valorização do conhecimento tradicional nas escolas e a ausência de perspectivas adequadas no campo têm levado a um **êxodo rural** crescente, onde os jovens deixam suas terras em busca de oportunidades nas áreas urbanas.

No entanto, essa juventude não é passiva e há um crescente movimento de resistência e reconexão com a cultura ancestral, com muitas lideranças jovens buscando, por meio da organização, dar voz às suas próprias demandas. A juventude rural, especialmente nos territórios quilombolas e indígenas, **busca reafirmar sua identidade e lutar por um futuro no campo**, mesmo diante das dificuldades estruturais. A ausência de terras e políticas públicas adequadas dificulta a permanência no campo, onde os jovens, muitas vezes, se veem sem opções viáveis para prosperar.

Outra questão central está relacionada a falta de incentivo à educação rural e a desconexão entre o ensino escolar e as práticas tradicionais dos povos camponeses dificultam a sucessão

rural. Além disso, os desafios enfrentados pela juventude negra nas cidades, onde a violência e a falta de perspectivas de futuro são constantes, torna-se uma questão ainda mais urgente. A luta por uma educação que respeite as culturas e as identidades locais e que ofereça a dignidade que a juventude merece se torna essencial.

O fortalecimento das organizações de base e a inclusão das juventudes nas decisões e na construção das pautas que afetam suas vidas são fundamentais. A juventude precisa ser vista como protagonista da sua própria história, com espaço para expressar suas necessidades, incluindo questões como a violência, a saúde e os direitos humanos, além de ser ouvida em suas demandas por justiça social e ambiental. A juventude rural e periférica, quando acompanhada de políticas públicas eficazes e um apoio sólido das organizações sociais, pode ser a chave para a mudança que tanto se busca, seja no campo ou na cidade.

Questões para reflexão:

■ **Crises interligadas:** A crise climática, hídrica e ambiental no Brasil impacta diretamente a segurança alimentar, afetando principalmente populações negras e povos e comunidades tradicionais (PCTs).

■ **Contradições no setor agrícola:** Apesar de ser uma potência na produção e exportação de commodities, o Brasil enfrenta violações do direito humano à alimentação saudável, com a fome afetando desproporcionalmente pessoas negras e mulheres.

■ **Segurança alimentar e saúde pública:** A solução para a insegurança alimentar passa pelo fortalecimento de práticas sustentáveis - como hortas urbanas e agroecológicas - e pelo acesso a alimentos frescos e nutritivos, em vez de ultraprocessados que

geram problemas de saúde pública.

■ **Ação governamental e pressão social:** O governo atual tem tomado medidas para promover a alimentação saudável, como o Programa Cozinha Solidária e a reformulação da cesta básica, mas essas iniciativas são respostas à pressão dos movimentos sociais e não são suficientes para enfrentar o problema da fome.

■ **Apartheid alimentar:** Existe uma segregação racial no acesso a alimentos saudáveis - pessoas negras têm acesso limitado a alimentos nutritivos e são empurradas para o consumo de ultra-processados.

■ **Luta por direitos:** A luta pelo direito à alimentação saudável é essencial para garantir dignidade e combater as desigualdades. Alimentação adequada não deve ser um privilégio de poucos, mas um direito humano universal.

■ **Denúncia de violação:** A pandemia evidenciou a violação do direito à alimentação, com imagens de pessoas buscando ossos para sobreviver. Essa realidade reforça a urgência de ações que assegurem alimentos saudáveis e nutritivos para todos.

■ **Soluções coletivas e baseadas na comunidade:** As respostas às crises devem ser construídas de baixo para cima, envolvendo as comunidades locais como protagonistas. Investimentos públicos devem considerar as realidades e necessidades específicas de cada território, priorizando grupos historicamente marginalizados, como mulheres negras e comunidades ribeirinhas.

■ **Limitações do enfoque econômico:** Resolver problemas exclusivamente com base em soluções econômicas é insuficiente. Por isso, uma grande preocupação com a lógica da economia verde e do mercado de carbono, como soluções que desconsideram a

necessidade de repensar o sistema de prioridades, colocando o bem viver, o cuidado com a casa comum, o respeito à natureza, a defesa dos bens comuns e os direitos dos povos e das comunidades acima dos interesses financeiros.

■ **Desafios da mobilização e da transformação:** Há uma necessidade urgente de engajamento das juventudes e de inclusão de diferentes vozes no processo de transformação social. Movimentos sociais devem trabalhar para superar bolhas e promover mudanças estruturais, abandonando práticas que perpetuam desigualdades.

■ **Desigualdade e impactos diferenciados:** Apesar de todos serem afetados pelas crises, os impactos são muito mais severos para os grupos vulneráveis, que sofrem com a negligência histórica e desigualdades estruturais. O futuro depende da superação dessas desigualdades por meio de estratégias inclusivas e solidárias.



Foto: Flávia Quirino

6. Esperançar: resistência e movimento

Neste cenário de crise do capitalismo, do avanço do agronegócio e da pressão sobre comunidades e territórios, o esperançar emerge como resposta. Ele se traduz na resistência dos povos, na luta contra o cercamento pelas monoculturas de soja, milho, pasto... e na busca incansável por democracia e justiça social. É, antes de tudo, um ato de conexão com as experiências e saberes ancestrais que ensinam que resistir hoje é honrar quem resistiu antes de nós.

Esperançar, assim, é dar continuidade a essa história, mantendo vivos os valores de união e força coletiva. Esperançar significa fortalecer e potencializar as lutas. É um chamado contínuo para transformar ideias em ações, para ocupar espaços, estudar, lutar e garantir direitos. Graças à luta popular e ao enfrentamento, vimos avanços no plano eleitoral e institucional. Porém, como aprendemos, essa conquista é necessária, mas não suficiente.

Nos últimos anos, enfrentamos uma ofensiva massiva contra a democracia e os direitos humanos. Isso nos alertou para a necessidade urgente de defender a democracia como condição essencial inegociável para o bem-viver e o próprio existir. O esperançar, nesse contexto, é um chamado para fortalecer a luta em defesa da justiça, dos direitos e da dignidade de todas as pessoas. É resistência ativa, diária e coletiva.

É preciso transformar a esperança em verbo: estudar, qua-

lificar, ocupar espaços, resistir às ofensivas do agronegócio e combater desigualdades. Esperançar é também olhar para as comunidades urbanas e rurais, aprender com a luta popular e dar visibilidade a práticas sustentáveis e inclusivas. É um movimento contínuo de fortalecimento, um chamado para não desistir, mesmo quando os desafios parecem gigantescos.

A conquista de direitos, mesmo refletida em avanços eleitorais, não é suficiente, mas necessária. Precisamos ampliar essas vitórias e garantir que cheguem a todas as dimensões da vida. Esperançar é uma luta diária, um compromisso com o presente e o futuro. É um verbo que exige movimento, ação e conexão para que possamos construir, juntos, uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

É no esperançar que encontramos força para transformar o sofrimento em aprendizado e a indignação em luta.

**ESPERANÇAR É VERBO, É VIDA, É
LUTA CONTÍNUA.**

Conheça as organizações que participaram dos seminários realizados pela CESE

Organizações envolvidas na iniciativa:

1. Articulação das Mulheres Indígenas Kokama do Amazonas - AMIKAM
2. Agência de Iniciativas Cidadãs - AIC
3. Articulação das Mulheres do Cerrado
4. Articulação das Mulheres Pescadoras - ANP Bahia
5. Articulação Recife de Luta
6. Articulação do Semiárido Paraibano - ASA Paraíba
7. Associação Comunitária e Recreativa do Afoxé Filhos do Congo
8. Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba - ASCAMAI
9. Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande
10. Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Brotas de Macaúbas
11. Associação de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Quilombo de Mutum e queimadas
12. Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB
13. Associação Xavante Wara
14. Axé Abassá de Ogum
15. Centro de Estudos Bíblicos - CEBI

16. Centro de Desenvolvimento Agroecológico /Sabiá
17. CENTRO ECUMENICO DE FORMACAO E EDUCACAO
COMUNITARIA - PROFEC
18. COEQTO
19. Coletiva Pretas de Angola
20. Coletivo As Carolinas
21. Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de
Pernambuco - COMLESBI
22. Coletivo Mulheres, Políticas Públicas e Sociedade -
MUPPS
23. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à
Mineração
24. COOPERATIVA GRANDE SERTÃO
25. CPT Comissão Pastoral da Terra
26. Departamento de Mulheres Indígenas - DM/APOINME
(Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do
Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo)
27. EFAR, Escola Família Agrícola Regional
28. Fórum de Mulheres de Pernambuco - FMPE
29. Fórum Nacional Marielles
30. Grupo Matizes
31. GT de juventudes do Bico do Papagaio
32. Igreja Batista Semente
33. Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa
Visão
34. Movimento de Mulheres Camponesas - Núcleo
Alagoas
35. Movimento dos pequenos agricultores - MPA
36. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
37. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco
Babaçu
38. Movimento Organizado de Trabalhadoras e
Trabalhadores Urbanos - MOTU
39. Movimento Pela Soberania Popular na Mineração -

MAM Bahia

40. Movimento Quilombo do Maranhão (MOQUIBOM)
41. Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil - MPP
42. Movimento Sem Teto da Bahia - MSTB
43. Mulheres Guerreiras da Resistência - MOQUIBOM
44. Organização Indígena Kawaiwete - Jatykap
45. Centro Ecumênico de Formação e Educação Comunitária - Profec
46. Quilombo do Mesquita
47. Rede das Mulheres de Terreiro de Pernambuco
48. Rede de Mulheres Negras do Nordeste
49. Rede de Mulheres Negras Evangélicas
50. Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional/ REDESSAN
51. Rede Xique Xique
52. Revista Afirmativa - Coletivo de Mídia Negra
53. Terreiro Luz de Nzambi



Foto: Comunicação CESE

Conheça o processo metodológico dos seminários da CESE

1

O processo metodológico dos Seminários foi centrado na **construção coletiva e no diálogo entre os participantes**, com o objetivo de fomentar trocas e reflexões sobre temas relevantes para os movimentos e organizações envolvidas. A dinâmica inicia com uma apresentação do encontro, incluindo a programação e os acordos de convivência.

As e os participantes são incentivados a expressar suas experiências por meio de símbolos e objetos representativos de seus territórios, criando um ambiente inclusivo e visualmente rico, com itens como bandeiras, sementes e fotos que representam as diversas culturas presentes. **Esse momento simbólico fortalece a troca de saberes e vivências.**

2

3

A atividade segue com uma reflexão em grupo sobre a relação campo-cidade, abordando como diferentes segmentos sociais - como mulheres, juventude, povos negros, indígenas e das águas - observam e vivenciam essa relação. Quatro participantes têm a oportunidade de falar durante 10 minutos cada, contextualizando sua luta e analisando como as questões de gênero e racial influenciam as estratégias de aliança entre o campo e a cidade. Assim, a metodologia busca promover uma construção coletiva de conhecimento e fortalecer as alianças.

Referências

Brasil de Fato - <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/17/mandato-de-bolsonaro-concentrou-60-das-invasoes-de-territorios-da-ultima-decada>

Campo e Cidade – publicação EAP – Encontro de Agentes de Projetos.

Dossiê Nº 67 do Tricontinental - <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossier-67-teoria-marxista-dependencia/>

Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 - <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>

Instituto Socioambiental - <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/saiba-quais-sao-principais-propostas-contra-os-direitos-indigenas-no>

MERCADO OU BENS COMUNS? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. / Jean Pierre Leroy (autor); Maiana Maia e Julianna Malerba (organizadoras). Rio de Janeiro: FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2016, 44p

Racismo Ambiental - <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/>

RAD – Relatório Anual do Desmatamento no Brasil do MapBiomas - [https://brasil.mapbiomas.org/2024/05/28/matopiba-passa-a-amazonia-e-assume-a-lideranca-do-desmatamento-no-brasil/#:~:text=Foram%20858.952%20hectares%20E%2080%93%20um%20aumento,74%25\)%20foram%20no%20Matopiba](https://brasil.mapbiomas.org/2024/05/28/matopiba-passa-a-amazonia-e-assume-a-lideranca-do-desmatamento-no-brasil/#:~:text=Foram%20858.952%20hectares%20E%2080%93%20um%20aumento,74%25)%20foram%20no%20Matopiba)

Pesquisa “Vivências e demandas das mulheres por segurança no deslocamento” - <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/vivencias-e-demandas-das-mulheres-por-seguranca-no-deslocamento-instituto-patricia-galvao-instituto-locomotiva-2024/>

Tribunal Permanente dos Povos (TPP) - <https://tribunaldocerrado.org.br/>

<https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/saiba-quais-sao-principais-propostas-contr-a-os-direitos-indigenas-no> - Novembro de 2024

